



PLANO DE ENSINO 2026

PROFESSOR: SETÍMIO SALERNO MIGUEL

DEPARTAMENTO: DIREITO PRIVADO

DISCIPLINA: DIREITO EMPRESARIAL II

SÉRIE: 3º ANO TURMAS: A e B TURNO: DIURNO

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h/a. HORÁRIA ANUAL: 144h/a.

1. EMENTA

A presente disciplina pretende fornecer aos estudantes uma visão abrangente e interdisciplinar do Direito Empresarial, abordando de forma transversal temas clássicos e atuais, sem descuidar dos conceitos fundamentais que alicerçam o ambiente negocial contemporâneo. Com base nessa proposta, ao final do curso, os discentes serão capazes de aplicar e discutir com profundidade os principais institutos do Direito Empresarial, assim como relacionar teoria, jurisprudência e prática cotidiana, desenvolvendo percepções multidisciplinares e intertextuais.

Ao longo das aulas, divididas em encontros organizados por dois semestres, serão tratados: (i) o crédito e os títulos de crédito, seus princípios, circulações e implicações; (ii) a relevância econômica e social da empresa, com destaque para os institutos de recuperação judicial, extrajudicial e falência, incluindo seus requisitos, procedimentos e efeitos; (iii) as operações societárias no âmbito empresarial; (iv) o instituto do franchising e sua relevância no mercado; (v) a importância e proteção conferida à propriedade intelectual, destacando os direitos autorais; (vi) a propriedade industrial e suas modalidades (invenções, modelos de utilidade, marcas, patentes, desenhos industriais, know-how e segredo de fábrica), bem como as práticas de concorrência desleal; (vii) os aspectos empresariais do Código de Defesa do Consumidor, enfatizando as relações de consumo, a responsabilidade civil e a publicidade;

A disciplina aborda, no primeiro semestre a teoria geral dos títulos de crédito e o estudo aprofundado das principais espécies previstas na legislação brasileira, incluindo letra de câmbio, nota promissória, cheque, duplicata e valores mobiliários. Analisa a correlação, distinções e características jurídicas de cada espécie, com enfoque em sua função no sistema financeiro e nas relações comerciais. Adicionalmente, a disciplina contempla o regime jurídico da falência e da recuperação judicial e extrajudicial de empresas, conforme previsto na Lei nº 11.101/2005. Serão examinados os pressupostos, procedimentos e efeitos da falência, bem como os princípios, requisitos e modalidades da recuperação judicial, destacando-se o papel do crédito empresarial e a preservação da empresa como instrumento de função social e manutenção da atividade econômica.

No segundo semestre, a disciplina tem por objetivo proporcionar ao aluno uma compreensão aprofundada da disciplina jurídica dos negócios empresariais, a partir da análise da unificação do Direito Obrigacional no Código Civil brasileiro e sua aplicação no contexto empresarial. Estuda-se os princípios e critérios de interpretação dos contratos empresariais, com enfoque nas particularidades da autonomia da vontade, da função social do contrato, da boa-fé objetiva e da equivalência contratual. Analisa-se a formação, execução e extinção dos contratos empresariais, incluindo os aspectos específicos da prática negocial no âmbito empresarial. O conteúdo abrange ainda o estudo dos atos unilaterais, incluindo a promessa de recompensa, a gestão de negócios, o pagamento indevido e o enriquecimento sem causa, sempre com foco na sua aplicação prática e na prevenção e solução de litígios empresariais.

Contemplará, também, a análise da construção do sistema jurídico de defesa do consumidor em perspectiva histórico-dogmática, apresentando o CDC como diploma protetivo do sujeito vulnerável da relação de consumo, e trabalhando com as alterações paradigmáticas trazidas com a sua edição, no que se



refere aos seguintes temas: as pessoas e o objeto da relação jurídica de consumo, a política nacional de relações de consumo, os direitos básicos do consumidor, a responsabilidade civil no CDC, os institutos da decadência e prescrição no CDC, as práticas comerciais, a oferta e a publicidade, a contratação no CDC, a defesa do consumidor em juízo e as sanções administrativas e criminais previstas no CDC. Os conteúdos serão desenvolvidos em um viés sistemático e transdisciplinar, sem obscurecer a dimensão histórica e cultural do Direito, abrangendo a integração do conhecimento científico com a prática forense.

Nossos encontros privilegiarão metodologias participativas de ensino, como a aula expositiva dialogada, incentivando o debate de casos práticos e a análise de jurisprudências. Dessa forma, os alunos poderão assimilar os conteúdos de forma crítica, relacionando-os aos desafios do mercado e às transformações do ambiente jurídico-empresarial.

A seguir, serão detalhados os conteúdos, procedimentos didáticos, competências e habilidades a serem desenvolvidas em cada semestre, de modo a propiciar uma compreensão sólida e progressiva de todos os temas que compõem o Direito Empresarial.

2. OBJETIVOS GERAIS

Propiciar ao discente uma compreensão sólida e crítica dos instrumentos jurídicos que regulam o crédito e as crises empresariais, desenvolvendo a capacidade de aplicar os conceitos e princípios do Direito Empresarial à resolução de problemas reais, com base nos valores de segurança jurídica, boa-fé e função social da empresa. Aprofundar a compreensão dos institutos jurídicos e contratuais que estruturam a atividade empresarial, capacitando o discente a identificar, interpretar e aplicar adequadamente as normas que regulam as operações societárias, os direitos de propriedade intelectual e os contratos típicos do ambiente de negócios, com base nos princípios da boa-fé, da livre iniciativa e da função social da empresa. Proporcionar aos alunos a compreensão teórica e prática dos direitos do consumidor e dos deveres dos fornecedores, capacitando-os a interpretar e aplicar as normas protetivas em situações reais. Busca-se desenvolver a análise crítica e o raciocínio jurídico sobre as relações de consumo, considerando o equilíbrio contratual, a boa-fé objetiva, a vulnerabilidade do consumidor e o impacto social das práticas empresariais.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender os princípios fundamentais e as características dos títulos de crédito, bem como sua função econômica.
- Identificar e aplicar as regras sobre emissão, circulação e cobrança dos títulos de crédito (cartularidade, literalidade, autonomia e formalismo).
- Diferenciar os títulos de crédito típicos e atípicos, analisando suas modalidades de circulação e garantias.
- Examinar o crédito como elemento essencial da atividade empresarial e suas implicações jurídicas.
- Estudar os institutos da recuperação judicial, extrajudicial e falência, compreendendo seus fundamentos, requisitos e efeitos.
- Avaliar o papel social da empresa e a importância dos mecanismos de preservação da atividade produtiva e dos empregos.
- Desenvolver competências interpretativas e argumentativas por meio da análise de jurisprudências e casos concretos.
- Analisar as operações societárias e seus efeitos jurídicos, contábeis e econômicos.



- Compreender a livre concorrência e os mecanismos de repressão à concorrência desleal.
- Distinguir propriedade intelectual e propriedade industrial, compreendendo o regime jurídico de cada uma.
- Examinar os direitos autorais, o software, a imagem e as inovações tecnológicas sob o prisma empresarial.
- Estudar as modalidades de contratos empresariais, sua formação, execução e extinção.
- Analisar os contratos de franchising, factoring, cessão e licença de marcas e patentes, e sua relevância na prática negocial.
- Desenvolver a capacidade crítica e prática na elaboração e interpretação de instrumentos contratuais empresariais.
- Compreender o contexto histórico e constitucional do surgimento da proteção ao consumidor no Brasil.
- Identificar os sujeitos da relação de consumo (consumidor, fornecedor, produtos e serviços) e suas implicações jurídicas.
- Analisar os princípios fundamentais do CDC e sua influência sobre as práticas contratuais e empresariais.
- Estudar as formas de responsabilidade civil nas relações de consumo, distinguindo vício e fato do produto ou serviço.
- Examinar os mecanismos de publicidade e práticas abusivas, cadastros de consumidores, e a desconsideração da personalidade jurídica no CDC.
- Discutir os meios administrativos e judiciais de proteção do consumidor, incluindo ações coletivas e atuação de órgãos como o PROCON e o Ministério Público.
- Aplicar a legislação e a jurisprudência a casos práticos, simulando situações de consumo e resoluções de conflitos.

4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

I. PRIMEIRO SEMESTRE

- 1) O crédito e os títulos de crédito
 - 1.1. Conceito e importância econômica do crédito
 - 1.2. Evolução histórica e princípios fundamentais
 - 1.3. Teoria geral dos títulos de crédito
 - 1.4. Classificações e espécies
 - 1.5. Princípios: cartularidade, literalidade, autonomia e formalismo
 - 1.6. Circulação dos títulos: à ordem, ao portador e nominativo
 - 1.7. Título pro solvendo e pro soluto
 - 1.8. Elementos e declarações cambiais – saque, aceite, endosso, aval, protesto
 - 1.9. Ações cambiais e execução do crédito
 - 1.10. Títulos digitais e o crédito na era eletrônica
- 2) Garantias e responsabilidade cambiária
 - 2.1. Solidariedade dos coobrigados



- 2.2. Protesto e prescrição cambial
- 2.3. Garantias pessoais e reais nos títulos de crédito

3) A empresa em crise: fundamentos e função social

- 3.1. Conceito e causas da crise empresarial
- 3.2. A função social e a preservação da empresa

4) Recuperação Judicial

- 4.1. Princípios e objetivos
- 4.2. Sujeitos e requisitos
- 4.3. Créditos abrangidos
- 4.4. Meios de recuperação
- 4.5. Pedido inicial e processamento
- 4.6. Plano de recuperação judicial
- 4.7. Assembleia de credores
- 4.8. Convolução da recuperação em falência

5) Recuperação Extrajudicial

- 5.1. Conceito, finalidade e requisitos
- 5.2. Homologação judicial e efeitos

6) Falência

- 6.1. Conceito e função econômica
- 6.2. Sujeito passivo e efeitos da decretação
- 6.3. Classificação dos créditos
- 6.4. Massa falida e rito processual
- 6.5. Arrecadação, liquidação e pagamento dos credores
- 6.6. Encerramento e extinção das obrigações do falido
- 6.7. Crimes falimentares

II. SEGUNDO SEMESTRE

1) Operações societárias e transformações empresariais

- 1.1. Transformação, incorporação, fusão e cisão parcial
- 1.2. Aspectos jurídicos, econômicos e contábeis
- 1.3. Efeitos sobre os sócios, credores e contratos existentes
- 1.4. Governança e responsabilidade dos administradores

2) Concorrência e práticas empresariais

- 2.1. Livre concorrência e repressão ao abuso do poder econômico
- 2.2. Concorrência desleal: conceitos, modalidades e implicações legais
- 2.3. Cartel, dumping, truste, monopólio e espionagem industrial

3) Propriedade Intelectual

- 3.1. Conceito e distinção entre propriedade intelectual e industrial
- 3.2. Obras literárias, artísticas e científicas
- 3.3. Programas de computador e direitos autorais
- 3.4. Direito de imagem no contexto empresarial

4) Propriedade Industrial

- 4.1. Código da Propriedade Industrial e princípios fundamentais



- 4.2. Patentes: conceito, espécies, requisitos e proteção
- 4.3. Marcas: função, registro e licenciamento
- 4.4. Desenhos industriais e expressões de propaganda
- 4.5. Segredo de fábrica e know-how

5) Contratos Empresariais

- 5.1. Conceito, natureza jurídica e características gerais
- 5.2. Formação, execução e extinção dos contratos empresariais
- 5.3. Princípios contratuais aplicados à atividade empresarial
- 5.4. Cessão e licença de marcas e patentes
- 5.5. Contrato de franchising: função, características, COF e obrigações das partes
- 5.6. Contrato de factoring: natureza, modalidades e distinções
- 5.7. Cláusulas essenciais e responsabilidade contratual

6) Introdução ao Direito do Consumidor:

- 6.1. Evolução histórica e constitucional da tutela consumerista
- 6.2. Fundamentos do CDC e sua inserção no sistema jurídico brasileiro
- 6.3. Interdisciplinaridade com o Direito Civil e o Direito Empresarial

7) Princípios e sujeitos da relação de consumo:

- 7.1. Princípios gerais do CDC: vulnerabilidade, boa-fé, transparência, equilíbrio contratual, confiança e informação
- 7.2. Conceitos de consumidor, fornecedor, produto e serviço
- 7.3. Consumidor por equiparação (arts. 2º, 3º e 17 do CDC)

8) Responsabilidade civil nas relações de consumo

- 8.1. Fato e vício do produto e do serviço
- 8.2. Responsabilidade objetiva e solidária
- 8.3. Causas excludentes
- 8.4. Prazo prescricional e decadencial
- 8.5. A reparação integral do dano e o dano moral do consumidor

9) Práticas comerciais e contratuais:

- 9.1. Publicidade enganosa e abusiva
- 9.2. Oferta, informação e direito de arrependimento
- 9.3. Cláusulas abusivas e nulidades contratuais
- 9.4. Contratos de adesão e contratos eletrônicos
- 9.5. Superendividamento e revisão contratual

10) Proteção administrativa e judicial do consumidor:

- 10.1. Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDIC)
- 10.2. PROCON, Ministério Público e associações civis
- 10.3. Ações coletivas e tutela individual
- 10.4. Sanções administrativas e civis

11) Aspectos empresariais e contemporâneos

- 11.1. Relação entre Direito do Consumidor e Direito Empresarial
- 11.2. Compliance e responsabilidade social nas empresas
- 11.3. Proteção de dados e consumo digital
- 11.4. Sustentabilidade, ESG e o consumo consciente



5. PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS – METODOLOGIAS ATIVAS

A disciplina de Direito Empresarial II será ministrada com foco na construção do conhecimento coletivo e na promoção da autonomia dos alunos, com a intenção de conectar a teoria à prática através de metodologias ativas. Inspirados pelos métodos e estratégias pedagógicas que enfatizam a aprendizagem participativa (Feferbaum e Klafke, 2020), buscaremos integrar diversas abordagens metodológicas que incentivem o aluno a ser protagonista em seu processo de aprendizagem, como proposto por Bloom e ampliado por Tardiff. (Pinto, 2015).

Ao longo do curso, os alunos serão convidados a analisar casos práticos e reais, envolvendo temas como Franchising, Propriedade Intelectual, Propriedade Industrial, Títulos de Crédito, Recuperação Judicial e Falência, e aspectos empresariais do Código de Defesa do Consumidor. Além disso, será incentivada a discussão de jurisprudência relevante, análise crítica de decisões judiciais e situações simuladas que aproximem a teoria da prática.

Para atingir esses objetivos, além das leituras sugeridas em cada bimestre, será adotada a metodologia de estudos de caso, fóruns de discussão, e a realização de atividades práticas, tais como simulações de tribunais e workshops com profissionais da área empresarial. Esse método visa garantir que os alunos não só adquiram conhecimento teórico, mas que também aprendam a aplicá-lo em situações do cotidiano jurídico, preparando-os para atuar de forma criativa e responsável, conforme as demandas atuais do mercado e da sociedade.

Como complemento, os alunos serão estimulados a realizar reflexões sobre sua aprendizagem, podendo enviar sínteses das aulas e suas avaliações após cada semestre, proporcionando uma prática contínua de autoavaliação e aprimoramento, baseada na pesquisa participante.

A adoção de uma metodologia de ensino que busca promover a autonomia do aluno, estimulando sua curiosidade em relação ao conhecimento, envolve mesclar outros métodos de ensino-aprendizagem com o modelo tradicional de aula expositiva, no qual o professor ocupa o centro da prática pedagógica. A ideia central é compreender a construção do saber como um processo coletivo, no qual o papel do professor é o de orientador, que cria situações de aprendizagem e oferece suporte, sem se posicionar como o detentor exclusivo do conhecimento ou como aquele que apresenta soluções prontas. Esse modelo visa criar as condições necessárias para que o aluno se torne capaz de aprender de forma independente e desenvolver suas próprias estratégias para adquirir e construir o saber. (Ghirardi, 2012).

6. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO APROVEITAMENTO

Como critério de avaliação temos:

1. Prova individual (7,0): questões testes e dissertativas ao fim do semestre.
2. Trabalho individual ou coletivo bimestral (3,0): constituído pela apresentação de um ensaio acadêmico ou uma análise crítica de casos específicos envolvendo o conteúdo estudado no bimestre com o objetivo permitir que cada estudante possa formular entendimentos autônomos sobre os temas trabalhados em aula, bem como resolver casos concretos com a aplicação dos conceitos, das normas e da jurisprudência aplicável. Os resultados dos trabalhos serão analisados em sala de aula após a entrega, possibilitando debates coletivos mais aprofundados e com base teórica durante os encontros. O trabalho também poderá ser constituído por apresentação oral ou apresentação de seminário por grupos de alunos.
3. Como forma de recuperação (exame) (10,0): O discente fará uma prova individual, nos mesmos moldes da bimestral, podendo a docente distribuir a nota total entre a prova e outra forma de avaliação acadêmica, como apresentação de trabalho escrito ou oral, analisando sempre a capacidade de argumentação do discente e o rigor científico/ metodológico.

7. BIBLIOGRAFIA

I. BÁSICA



CHAGAS, Edilson Enedino dos. *Direito Empresarial esquematizado*. 12.Ed. São Paulo: Saraiva, 2025.
COELHO, Fabio Ulhoa. *Manual de Direito Comercial - Direito de Empresa*. 34.Ed. São Paulo: RT, 2024.
MAMEDE, Gladston. *Manual de Direito Empresarial*. 18. Ed. São Paulo: Atlas, 2024.
TARTUCE, Flávio; NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Manual de Direito do Consumidor: Direito Material e Processual*. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025.
VENOSA, Sílvio de Salvo; RODRIGUES, Cláudia. *Direito Empresarial*. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2024.

II. COMPLEMENTAR

BARBOSA, Denis Borges. *Tratado da Propriedade Intelectual – Tomo I*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022.
CAMPINHO, Sérgio. *Falência e Recuperação de Empresas*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024.
COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de Direito Comercial: Contratos, Falência e Recuperação de Empresas*. 24. ed. São Paulo: RT, 2024.
NUNES, Rizzatto. *Contratos Empresariais Contemporâneos*. São Paulo: SaraivaJur, 2023.
NUNES, Rizzatto. *Curso de Direito do Consumidor*. 16. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2025.
TOMAZETTE, Marlon. *Curso de Direito Empresarial – Títulos de Crédito*. 15. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024.

Responsabilizo-me pelo cumprimento integral deste Plano de Ensino e pelo seu conteúdo.

Franca, quinta-feira, 09 de fevereiro de 2026.

SETÍMIO SALERNO MIGUEL